



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 24/2010 -----

-----Aos quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, a Assistente Técnica, Isilda Maria Tavares Garcia Abrantes, na ausência do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e dez minutos.-----

ORDEM DO DIA:-----

1 - PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR – REAPRECIACÃO -----

D.A.G.F./Proc.29/DOC.1

-----Presente o ofício com a referência nº 1122, datado de 30 de Setembro de 2010, remetido pela Escola Secundária de Oliveira do Hospital, cuja cópia foi previamente enviada a todos os vereadores, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----O Presidente da Câmara começou por explicar que agendou a presente reunião extraordinária, com carácter de urgência, em virtude de ter surgido uma situação em relação à decisão de atribuição dos prémios de mérito escolar, na sequência da apresentação de um pedido de informação sobre o assunto na Escola Secundária de Oliveira do Hospital. Referiu ainda que, sendo o Vereador José Carlos Mendes “pessoa interessada” nesta discussão uma vez que o assunto diz respeito à sua filha Rita Mendes, gostaria de ouvir a opinião dos senhores vereadores quanto à sua permanência na reunião, ou seja, se pode efectivamente assistir a toda a discussão sem direito a voto, ou se terá que se ausentar da sala de reunião. -----

-----Sobre o assunto o Vereador Mário Alves referiu que “a lei é clara sobre isso, quando há interesses quando nos dizem directamente respeito nós não podemos estar presentes nas reuniões, é ausente da reunião”.-----

-----O Presidente da Câmara disse ter solicitado informação sobre o assunto ao Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, João Mendes, tendo este informado que dado o Vereador José Carlos Mendes estar directamente ligado à questão que iria estar em discussão, participando na reunião, poderá dar lugar a perda de mandato. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse estar consciente de que não poderia participar na votação.-----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que no ano 2001, aquando da atribuição de um subsídio à ADEPTOLIVA, e uma vez que ainda não tinha sido nomeado o representante do Município naquela entidade, o subsídio foi aprovado sem que essa indicação ficasse a constar em acta e mais tarde, quando o assunto foi averiguado pela inspecção, só não perdeu o mandato porque concluíram que, apesar de ser ilegal, não teria havido benefício próprio da sua parte. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes manifestou no entanto interesse em que a Vereadora Telma Martinho, lesse uma declaração que gostaria de apresentar sobre o assunto, situação a que o Presidente da Câmara não se opôs. -----

-----De seguida, o Vereador José Carlos Mendes ausentou-se da sala de reunião no momento em que se iniciou a discussão, apreciação e votação deste assunto. -----

-----O Presidente da Câmara prosseguiu esclarecendo que a Vereadora Graça Silva em contacto com a Escola Secundária de Oliveira do Hospital solicitou que, à semelhança de anos anteriores, enviassem à Câmara Municipal a identificação dos alunos candidatos ao prémio de mérito escolar a fim do assunto ser presente a reunião da Câmara Municipal. A posteriori foi contactada pela Escola Secundária no sentido de dar a sua opinião relativamente ao sentido de interpretação do regulamento. -----

-----A Vereadora Graça Silva explicou então que “a 2 de Setembro de 2010, enquanto decorria o Programa “Verão Total”, recebi um telefonema da escola, mais precisamente do Director da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, Prof. Albano Dinis, que me confrontou com a seguinte pergunta “qual é que era o meu entendimento relativamente ao regulamento? Deve-se incluir, ou não, o resultado dos exames dos alunos do 10º, 11º e 12º Ano? E eu respondi que no meu entender a média final de ano implica o 1º, 2º e 3º período, mais os exames para fazer média de final de ano, isto no meu entender”. Mais referiu que todo este diálogo decorreu via telefone enquanto esteve na Praça do Largo Ribeiro do Amaral, sublinhando que não voltaram a falar sobre o assunto. Esclareceu igualmente que “entretanto a lista chegou à Câmara Municipal, foi presente a reunião da Câmara Municipal onde foram propostos os nomes à atribuição dos prémios. Passado alguns dias recebo um *mail* do Director da Escola, Prof. Albano, para eu lhe tirar novamente uma dúvida “se era só 1º, 2º e 3º período ou se teria que colocar os resultados dos exames, e enviei um *mail* remetendo para várias citações do regulamento, e uma vez que até 31 de Julho já eram conhecidos os resultados dos exames logo, era de opinião que os mesmos podiam ser contemplados, no entanto, a decisão é sempre da escola. Mais tarde e em troca de um telefonema que lhe fiz para confirmar a recepção do *mail* e para tentar perceber o que se estava a passar. Percebi só nesse telefonema, pelo Director da Escola que em anos transactos não era feito assim mas apenas contemplando os três períodos, isto é, não eram incluídos os exames, fiquei surpresa com a situação, e foi assim que surgiu o problema, toda esta situação”. -----

-----O Presidente da Câmara disse ter também um entendimento claro sobre esta matéria mas gostaria de ouvir primeiro a exposição que o Vereador José Carlos Mendes deixou na posse da Vereadora Telma Martinho sobre o assunto. -----

-----Os senhores vereadores entenderam assim que a referida declaração, sendo do próprio e tendo em conta os motivos que o levam a estar impedido de participar nesta reunião, não deveria ser lida em reunião da Câmara Municipal, tendo a Vereador Telma Martinho concordado. -----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu lamentar o facto de ter sido marcada uma reunião extraordinária para análise de uma questão desta natureza, e que, por essa razão se recusava a assinar a respectiva senha de presença. Mais referiu, “desculpe Sr. Presidente, mas isto, para mim, é uma situação ridícula. O entendimento da Sra. Vereadora Graça Silva é claro e inequívoco, como é o meu e como será o seu e o de toda a gente de bom senso, porque nota final de ano é aquela nota que fica registada no termo de final de ano do aluno. Essa é que é a nota final, e se o Sr. Director da Escola agiu de forma diferente, fez mal, porque o Sr. Director da Escola, embora pense que nem deveria ser ele a instruir o processo, só tem que instruir o processo de acordo com aquilo que diz o regulamento, e o regulamento é claro quanto ao que deve ser enviado para a Câmara Municipal para instruir o processo. E mais, a Câmara não tem que reunir para analisar esses documentos, é o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

e o Sr. Director da Escola que fazem a análise dos mesmos, e a proposta é remetida à Câmara para aprovação do prémio só por isso. Gostava no entanto de dizer efectivamente que média final não é média de frequência, mas sim a que é feita no final dos exames. Para mim, e nos anos anteriores sempre que aprovámos este prémio de mérito fiquei convencido, sempre, de que o Sr. Director tinha como base aquilo que diz o regulamento e o que diz o regulamento é claro e inequívoco sobre esta matéria, é média final e não outra. E portanto o Sr. Director em vez ter enviado para a Câmara este ofício, deveria era ter enviado uma cópia dos termos de nota final das alunas envolvidas, e aí não teríamos dúvidas sobre isso”.-----

-----A Vereadora Telma Martinho tomando uso da palavra disse parecer que “a confusão também residiu no entendimento entre o Prémio Nacional dado pelo Estado ao melhor aluno do secundário e ao melhor aluno do 12º Ano. Foi por aí que passou também a confusão porque na escola foi afixada uma listagem com o posicionamento de cada aluno do 12º Ano para esse prémio Nacional, não foi afixada nenhuma lista para aqui e são coisas bem diferentes”.-----

-----O Vereador Paulo Rocha interveio referindo que, apesar de não ter estado na parte da reunião em que este assunto foi discutido por ter que se ausentar da mesma, lhe parece existir alguma lacuna na documentação que foi enviada pela Escola Secundária à Câmara Municipal. Salientou ainda aqui “para mim a média final do ano engloba tudo”.-----

-----O Presidente da Câmara disse ainda entender que o problema que foi levantado tem a ver com a forma como o processo foi conduzido, no passado, pela escola.-----

-----O Vereador Mário Alves salientou que “se algum erro aqui foi cometido pelo Sr. Director da Escola, agora, que á data era Presidente do Conselho Executivo, não pode a Câmara responsabilizar-se por isso. Se no 11º Ano está mal, então há que fazer o ajustamento. Quanto a mim, há é que perguntar ao Sr. Director da Escola, se no aluno que indicou do 11º Ano teve ou não em consideração as notas do ano para averiguarmos se estamos a cumprir correctamente com o regulamento, ou não”-----

-----A Vereadora Telma Martinho referiu ter quase a certeza de que ele não o fez.-----

-----O Vereador Mário Alves disse que “eu parti sempre do princípio, porque como o Sr. Director da Escola, na altura Presidente do Conselho Executivo, nunca colocou qualquer dúvida à Câmara quanto à interpretação do regulamento, nós partimos do princípio que as coisas estavam a ser feitas de acordo com aquilo que diz o regulamento, ou seja, média final, porque uma média de frequência é diferente de uma média final. O que fica exarado nos termos do aluno é a média final e não a média de frequência. Não há médias de frequência, há médias finais”.-----

-----A Vereadora Telma Martinho esclareceu no entanto que “o que sai no final do ano é a nota de frequência e depois nas disciplinas submetidas a exame nacional saem as quatro notas, a média de frequência está lá sempre e no 11º Ano o exame é relativo ao 10º e 11º Anos, o que quer dizer que o aluno esteve sujeito a uma determinada classificação no 10º Ano sem exames e nas disciplinas de Inglês e Literatura, por exemplo, será avaliado depois com nota de frequência do 10º Ano, nota de frequência do 11º Ano e depois nestas disciplinas acresce-lhe a nota de exame que lhe vai permitir concorrer à Faculdade, caso contrário fica sem esses exames e não pode concorrer ao Ensino Superior”. Sublinhou ainda que “são coisas distintas, na minha perspectiva”.-----

-----O Presidente da Câmara disse igualmente considerar que a atribuição dos prémios de mérito deverão ter por base os exames finais, acreditando que a confusão surgiu porque anteriormente o processo seria mal conduzido.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que como é do conhecimento de todos os presentes “muitas vezes os professores dão notas elevadas e quando os alunos chegam aos exames descem de nota, o que significa que será um aluno, que a nível de conhecimentos, será mais baixo. Todos sabemos que os exames servem precisamente para aferir estas situações”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Vereadora Telma Martinho esclareceu ainda que “muitas vezes a circunstância em que é feito um exame também conta muito e isso aconteceu ainda no ano transacto, ou seja alunos que são, indiscutivelmente, muito bons e por causa do nervosismo momentâneo tiveram uma prestação terrível pelo que isso não se pode levar tão “à letra” como foi dito. Eu acho que o entendimento que a escola tem feito foi sempre correcto”.-----

-----O Vereador Mário Alves retorquiu que “”não há regra sem excepção”, e naturalmente que há alguns comportamentos por vezes anormais em situações de exame. Não há regra sem excepção, agora não podemos é “pegar na excepção para fazer dela a regra” ”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “o que me apraz registar aqui é que nós estamos perante duas excelentes alunas. Por isso entendo que este regulamento deve ser clarificado o mais depressa possível para que não ofereça dúvidas porque, quando o li considerava a média final incluindo os exames. Não pedi a opinião a ninguém, não estava em condições de dizer que é por causa de “a” ou “b”, é por causa de ser amigo do José Carlos Mendes ou amigo do João Mendes. Portanto, não estava aqui em causa absolutamente nada, apenas a leitura ou a interpretação do Regulamento. Agora, o que realmente me traz aqui algum constrangimento, é como se fazia e como se deixou de fazer alterando isto. Porque o primeiro prémio atribuído à filha do Dr. João Mendes, na minha opinião está bem atribuído, na minha opinião pessoal está bem atribuído dentro do regulamento. Mas, dado que abrimos aqui uma excepção ao nível dos cursos profissionais e atribuímos os dois prémios, um para o aluno da EPTOLIVA, e outro para o aluno da Escola Secundária tendo em conta que se trata do primeiro ano em que dispôs de um candidato ao prémio, no âmbito do ensino profissional, eu, se todos estiverem de acordo apresentava uma proposta no sentido do prémio ser atribuído às duas alunas em causa. -----

-----O Vereador Mário Alves disse discordar sublinhando que “eu tive o cuidado de dizer aqui, quando abordamos este assunto, que no caso do ensino profissional, tratavam-se de cursos profissionais em regime de ensino oficial e de ensino particular, e que só por isso é que concordava em que se abrisse a excepção, ou seja por serem duas situações diferentes e nós não estamos aqui a falar de situações diferentes, estamos a falar de alunas que são da mesma escola pelo que não concordo e votarei contra essa proposta. Eu acho que devemos interpretar o regulamento.”-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “só levaria esta proposta à frente se ela criasse aqui um consenso total, porque não consta directamente no regulamento. E por isso só a levaria a votação caso houvesse consenso entre nós”, ao que o Vereador Paulo Rocha colocou ainda a possibilidade de essa proposta ser apresentada à margem do regulamento como uma situação excepcional”.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu tratar-se de um assunto sobre o qual nunca houve necessidade de questionar porque também nunca causou problemas. Depois de questionar relativamente à atribuição do prémio pelo Ministério da Educação, e considerando a documentação enviada pela Escola disse ainda verificar que quem tem melhor média é a aluna Carolina Mendes, pelo que, na sua opinião, deve manter-se a primeira decisão da Câmara Municipal, a qual conclui pela atribuição do referido prémio àquela aluna. -----

-----A Vereadora Telma Martinho manifestou-se relativamente a atribuição deste prémio salientando que “eu sou contra a atribuição deste prémio”, considerando assim que “nesta reunião, em vez de estarmos a prestigiar o trabalho, o mérito, o empenho como disse o Presidente da Câmara, destas duas excelentes alunas, e que dá orgulho a qualquer pessoas e qualquer profissional de com elas ter trabalhado, nós estamos a desprestigiar, estamos aqui a ser “comezinhos”. Ou seja, gerou-se aqui um mal-estar desnecessariamente”. -----

-----O Vereador Mário Alves clarificou no entanto que “eu não sou “comezinho” de coisa nenhuma, eu aqui limito-me a fazer uma coisa que é, tenho um regulamento, analiso-o, e à face do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

mesmo tomar uma decisão, e a minha decisão é clara, à face do regulamento a minha decisão é de que a Câmara Municipal decidiu bem, deve manter a sua decisão”. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se à Vereadora Telma Martinho referiu que, eu para efectuar qualquer alteração, teria que consensualizar as posições, porque perceba, se todos nós dissermos, há um regulamento mas abre-se agora uma excepção para resolver o problema tendo em conta o facto de serem duas excelentes alunas e de estarem muito próximas uma da outra, é uma coisa, mas também não posso inverter o meu entendimento quanto à interpretação do regulamento quando há vereadores que dizem que não e afirmam que tem que se cumprir o regulamento. Perante este quadro não posso avançar com esta proposta porque levaria à votação de uma irregularidade”. -

-----Ao que a Vereadora Telma Martinho referiu que também era contra essa possibilidade. Disse ainda que na sua opinião tem tudo a ver com interpretações diferentes. -----

-----O Vereador José Francisco interveio dando conta de que o procedimento adoptado foi o mesmo de anteriormente pelo que pressupôs que os dados remetidos pela Escola Secundária de Oliveira do Hospital estivessem correctos e de acordo com o entendimento do regulamento. -----

-----A Vereadora Telma Martinho referiu que uma das razões que levou a que não houvesse problemas nos anos anteriores foi o facto de não terem estado envolvidos Encarregados de Educação minimamente atentos a esta situação, ou que fizesse uma interpretação diferente do regulamento, sublinhando que “esta interpretação sempre foi a que esteve vigente, tanto é que quem faz toda esta selecção nem é o Presidente do Conselho Executivo, nem nunca foi. Ele delega em colegas essa tarefa e assim tem feito ano após ano, inclusive este ano. E este ano foi-lhe entregue segundo o regulamento e a interpretação que tem sido feita”. -----

-----Situação que causou alguma estranheza aos senhores vereadores. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu “é que se a interpretação do Sr. Director e da colega que faz esse trabalho para o Sr. Director fosse aquela que diz a Vereadora Telma Martinho, o nome que tinha vindo não era o que veio, era este que agora nos querem propor. Se a interpretação fosse essa o nome que entregaram à Sra. Vereadora não era o nome que veio, mas sim este que agora nos querem propor, que para mim querem-no “impingir”, percebe”. -----

-----A Vereadora Telma Martinho reiterou o orgulho que tinha nas duas alunas em causa, lamentando no entanto toda esta situação. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que apesar de nada ter a ver com o passado o seu entendimento também foi este, salientando que “não houve aqui nenhuma maquinação política contra nenhuma aluno, como também se quer fazer crer, não houve”. Deu ainda conta que solicitou parecer a três advogados diferentes e que todos eles concluíram pela mesma interpretação. -----

-----O Vereador Mário Alves disse entender que tal como havia referido inicialmente “esta reunião era desnecessária, ou seja, o executivo em permanência tinha competência e poderes para decidir sozinho, o Sr. Presidente atendendo, julgo eu, ao melindre da situação, resolveu gastar dinheiro público para discutir este assunto que no meu entender não tem discussão”. Realçou ainda que “se o entendimento do Sr. Director e da Escola, fosse nota da frequência nunca tinha indicado o nome de Carolina Mendes, tinha indicado o nome de Rita Mendes. Não me queiram embrulhar em coisas que são claras e inequívocas. Se a interpretação da escola tivesse sido aquela que a senhora Vereadora Telma Martinho aqui exprimiu e que o Sr. Director exprimiu à Sra. Vereadora Graça Silva, o nome indicado nunca teria sido o de Carolina Mendes”. -----

-----A Vereadora Telma Martinho questionou no entanto porque razão é que na segunda comunicação enviada pela Escola Secundária, à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, consta agora o nome de Rita Mendes. -----

-----Ao que o Presidente da Câmara explicou que essa comunicação surgiu depois da Câmara ter questionado a Escola relativamente à forma como o processo foi conduzido por aquela entidade. ---



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu também que a sua interpretação sobre o assunto é aquela que tem estado a ser veiculada pelo Vereador Mário Alves, sublinhando que “para mim, média final, e é isso que diz o regulamento, o aluno que tiver melhor média final do 12º Ano, inclui a frequência e os exames. E portanto, é o resultado da média dessas duas componentes que atribuirá, a meu ver, o prémio de melhor aluno do 12º Ano, e aqui não estão em causa as pessoas”. Lembrou no entanto que o assunto só está a ser discutido porque a pessoa em causa é filha de um vereador em não permanência deste executivo, professor da Escola, com acesso à informação. Entende no entanto, à semelhança do que referiu o Vereador Mário Alves que “se o entendimento da Escola Secundária, no passado, tivesse sido que era só a nota de frequência, esta questão nem sequer se tinha levantado, porque o nome que vinha, na primeira relação, era este que agora indicaram, sejamos claros. Ou seja, a alteração aparece, provavelmente, tendo por base de uma reclamação ou mesmo de outras coisas que nós não sabemos se se terão passado ou não na Escola Secundária. Não foi por acaso que o Sr. Director da Escola pensou alterar a lista. O regulamento é claro e diz “...o aluno que tiver a melhor média final de 12º Ano...”, e isso é a aluna que foi comunicada pela Escola Secundária em primeiro lugar, e o regulamento é claro não precisa de interpretações nenhuma”. -----

-----A Vereadora Telma Martinho disse assim entender que “se o entendimento no passado tivesse sido aquele que inicialmente veio para aqui este ano, então nos outros anos nunca tinham vindo os nomes que vieram, porque as médias foram sempre feitas com a média de frequência, sempre, porque tive o cuidado de falar com as pessoas que estiveram envolvidas neste trabalho este anos todos, e foi sempre a média de frequência”. -----

-----Ao que o Presidente da Câmara referiu “Vereadora Telma Martinho, agora, não podemos emendar um erro com outro erro”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo disse entender que a forma de ultrapassar este conflito de interpretações seria mesmo atribuindo o prémio às duas alunas, conforme sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando que ambas têm notas muito próximas, separadas por décimas. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que o que se discute em reunião da Câmara Municipal não são alunos mas sim notas e regulamentos, lembrando que quando este regulamento foi criado foi com a intenção de que, de alguma forma houvesse uma competição positiva na escola, foi esse o objectivo e que os alunos tivessem algo que os motivasse e os levasse a empenharem-se ainda mais nos seus estudos e nos seus projectos. -----

-----**Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Mário Alves e Paulo Rocha e o voto contra da Vereadora Telma Martinho, manter a sua posição tomada na anterior reunião, atribuindo o prémio à aluna Carolina Mendes.** -----

-----**Finda a discussão do assunto supra referenciado, o Vereador José Carlos Mendes entrou na sala de reunião retomando assim os trabalhos constantes da respectiva Ordem do dia.** --- -----

2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

2.1 - AUTARQUIAS:-----

2.1.1 - FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara propôs que, conforme solicitado pela entidade oficiante, a Câmara Municipal atribua à Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **2.000,00 € (dois mil euros)**, para fazer face às despesas tidas com a organização da “Mostra de Sabores e Tradições da Cordinha ao Cobral”, que teve lugar nos dias 25 e 26 de Setembro de 2010, naquela freguesia. --

-----Sobre o assunto, interveio o Vereador Mário Alves questionando o Presidente da Câmara sobre se o evento em causa fazia parte do Projecto Local de Desenvolvimento Social.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que sim, tendo o Vereador Mário Alves afirmando que o mencionado Projecto tem verbas específicas para levar a cabo este tipo de acções. Questionou ainda o seguinte “se há verbas específicas nesse projecto que estão contempladas para realização destas acções, porque é que a Câmara Municipal ainda tem que estar a “injectar dinheiro” para situações dessa natureza”. Disse igualmente entender que “isto é importante, porque nós estamos numa situação calamitosa mas andamos para aqui a distribuir dinheiro de qualquer forma “é como dar o bodo aos pobres”. Entende assim que “é preciso repensar-se toda esta política de atribuição de subsídios e sermos todos muito mais rigorosos na sua aplicação porque efectivamente, nem a situação do país, nem a situação financeira da Câmara Municipal, face àquilo que são as suas receitas e à redução de que vai ser alvo em função do PEC III. E depois não reduzimos o IMI, não abdicamos do IRS por entendermos que a Câmara necessita de receitas para depois estarmos a utilizar essas receitas em situações desta natureza, eu acho que nós devíamos seriamente ponderar toda a política dos subsídios”. -----

-----O Presidente da Câmara explicou tratar-se de uma actividade que já se realizou e para a qual tinha assumido o compromisso em apoiar, desconhecendo no entanto o montante de verbas disponibilizadas para o efeito no âmbito do Projecto Local de Desenvolvimento Social.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu de seguida que “o Contrato Local de Desenvolvimento Social, que em Oliveira do Hospital tem a designação de TEAR é executado pela Associação de Desenvolvimento Social do Vale do Cobral, ou outras entidades que através de uma parceria participem no desenvolvimento desse projecto. Neste caso, executaram-se algumas despesas que foram asseguradas pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social, e no Plano de Acção estão ainda previstas três iniciativas deste âmbito que, provavelmente, considerando as dúvidas levantadas pelo Sr. Vereador Mário Alves, no futuro, teremos que as repensar”. Explicou ainda que “esta proposta de Mostra partiu da Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral sendo que, uma primeira iniciativa do Cobral à Cordinha; uma segunda iniciativa para 2011, para o Vale do Alva; e uma terceira iniciativa que está no âmbito do Plano de Acção aprovada para o Contrato Local de Desenvolvimento Social, uma na cidade que contemplasse uma mostra do melhor dos sabores e das tradições de todo o concelho, e sobre isso estou à vontade porque já herdei o Plano de Acção, e não fui eu que o fiz. Agora é claro que há despesas, por exemplo, quem é que assegura a Mostra de Produtos Biológicos, é o Contrato Local de Desenvolvimento Social, nós damos as instalações e damos os painéis publicitários. Agora, as despesas são suportadas pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social. Houve, no entanto, uma reunião com as cinco Juntas de Freguesia para organização deste projecto em que a Câmara Municipal assumiu algumas despesas em termos de logística”. -----

-----O Presidente da Câmara salientou no entanto o facto de, na altura, não ter sido favorável a esse compromisso uma vez que ainda recentemente tinha sido atribuído um subsídio para a Freguesia de Ervedal da Beira para a realização de outro evento. -----

-----O Vereador Mário Alves questionou por sua vez sobre porque razão é que a actividade em causa não foi realizada no âmbito do TEAR. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara reconhecendo de que efectivamente os recursos humanos da autarquia têm estado muito concentrados na realização deste tipo de eventos, manifestou-se surpreendido pela forma positiva como decorreu a “Mostra de Sabores e Tradições da Cordinha ao Cobral”. Declarou no entanto que a Câmara Municipal, no próximo ano, e para além dos que constam no Plano de Acção, terá que definir muito bem quais as actividades mais relevantes para o concelho.-----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que não é contra a realização deste tipo de eventos mas entende que é necessário “cortar” algumas despesas. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**2.1.2 - FREGUESIA DE LAJEOSA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs que, conforme solicitado pela entidade oficiante, a Câmara Municipal atribua à Freguesia de Lajeosa, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à realização da “Prova Hípica de Saltos e Obstáculos” a ter lugar no próximo dia 5 de Outubro de 2010, naquela freguesia, no âmbito das comemorações do Centenário da República. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que, atendendo à situação do país a Câmara Municipal deveria ter sido mais comedida nesta matéria.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **dezoito horas e trinta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretária redigi. -----



**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 4
DE OUTUBRO DE 2010**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 4 de Outubro de 2010 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 4
DE OUTUBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**